



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público Federal Edital 05/2010

PROVA

Direito

QUESTÕES OBJETIVAS

Língua Portuguesa	1 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 40

Nome do candidato: _____
Inscrição nº _____

INSTRUÇÕES

1º) Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo e se contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.

2º) A prova é composta por 40 (quarenta) questões objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.

3º) O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas.

4º) Não é permitida consulta a qualquer material e os candidatos não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.

5º) Os telefones celulares e similares não podem ser manipulados e devem permanecer desligados durante o período em que o candidato se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados para a prova deverão estar embaixo da carteira, ficando automaticamente excluído o candidato que for surpreendido nessas situações.

6º) O candidato só poderá deixar o local da prova após 1 (uma) hora do início da prova, exceto os três últimos candidatos, os quais só poderão deixar o local quando todos terminarem a prova.

7º) É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos, assim como recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização.

8º) O candidato deverá preencher a caneta o Cartão de Respostas, escolhendo dentre as alternativas A, B, C, D e E, preenchendo totalmente a célula correspondente à alternativa escolhida, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento a grafite. Responda a todas as questões. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.

9º) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

10º) O candidato não poderá levar consigo o caderno de provas, devendo entregá-lo juntamente com o Cartão de Respostas ao fiscal.

11º) É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões 1 a 4 referem-se ao texto I a seguir.

Beleza!

– Beleza! – exclamou o engraxate, sorrindo. Ele acabara de receber uma gorjeta do cliente generoso.

"Beleza" tornou-se hoje uma expressão brasileira popular que manifesta aprovação, 5 verificação de que as coisas estão ocorrendo, enfim, como devem e deveriam sempre ocorrer.

Bela expressão também, porque igualmente exata, certa, adequada e iluminadora foi sua escolha espontânea.

10 E contra a beleza não há argumentos.

A beleza é essa luz que jorra de e patenteia uma verdade verdadeira. Luz que nos dá lucidez, clarividência, visão clara e abrangente no claro-escuro e no fragmentário em que nos movemos, aos tropeços.

15 Assim como *entender* uma piada é um ato intelectual – e o riso é a aprovação de que a piada é boa, de que ela corresponde a um fato dissimulado pela "seriedade", pela minha auto-enganação, pelas formalidades e conveniências sociais –, usufruir da 20 beleza (artística ou da natureza, ou mesmo industrial) é perceber uma realidade amorosa e inteligentemente organizada que se revela.

Rodin é taxativo: "Não há, na realidade, nem estilo belo, nem desenho belo, nem cor bela. Existe 25 apenas uma única beleza, a beleza da verdade que se revela. Quando uma verdade, uma idéia profunda, ou um sentimento forte explode numa obra literária ou artística, é óbvio que o estilo, a cor e o desenho são excelentes. Mas eles só possuem 30 essa qualidade pelo reflexo da verdade."¹

A beleza é uma luz que emana da realidade e nos avisa: ultrapassamos (pelo menos por um momento) o contato banalizante e desumanizante com a vida. Mostra-se-nos que há, no núcleo da 35 realidade, um ato de amor que põe as coisas no seu devido lugar – a gorjeta que surpreende, ultra-justiça, graça, gratuidade.

Essa auto-revelação da vida expande nossa sensibilidade, nossa inteligência, nossa capacidade de amar e de sofrer, de aprender (sabedoria) que também é uma grande lição não entender o 40 mistério, não querer esgotar a inesgotabilidade da realidade. Não esgotá-la, mas por ela ser invadido.

[...]

¹Auguste Rodin. *A arte*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 73.

Gabriel Perissé

Texto disponível em:

<<http://www.hottopos.com/mirand5/beleza.htm>>.

1. Observe as seguintes afirmações:

- I. Apreciar a beleza é um ato meramente intelectual.
- II. Segundo Rodin, a beleza do estilo, cor e desenho explode pelo reflexo da verdade.
- III. A beleza é algo que permite ultrapassarmos os contatos banais com a vida.
- IV. A beleza ensina a entender os mistérios da vida.

Está(ão) de acordo com o texto:

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas a III e IV.
- E) Apenas a II, III e IV.

2. A expressão “Beleza!” (linha 1), utilizada pelo engraxate, é:

- A) uma gíria.
- B) um termo de baixo calão.
- C) um dialeto regional.
- D) um jargão profissional.
- E) uma ironia.

3. O verbo “acabara” (linha 2) está flexionado:

- A) no pretérito perfeito do modo indicativo, que indica uma ação já passada.
- B) no pretérito imperfeito do modo subjuntivo, que indica uma ação hipotética.
- C) no pretérito imperfeito do modo indicativo, que indica uma ação que tem continuidade no passado.
- D) no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, que indica uma ação anterior a outra já passada.
- E) no futuro do pretérito do modo indicativo, que indica uma ação hipotética.

4. A expressão “verdade verdadeira” (linha 12) é um pleonismo, que neste texto foi utilizado para causar um efeito de realce. Os pleonismos são muito comuns na linguagem oral.**Marque a frase que NÃO apresenta pleonismo:**

- A) – Por favor, faça uma breve alocução!
- B) – Não feche a porta, que irei subir aí para cima em seguida.
- C) – Que me importa a mim crer ou não na ciência?
- D) – Estou certo de que o vi com meus próprios olhos!
- E) – Fique aqui do meu lado.

As questões 5 a 10 referem-se ao texto a seguir.

A caixa de ferramentas

Resumindo: são duas, apenas duas, as tarefas da educação. Como acho que as explicações conceituais são difíceis de aprender e fáceis de esquecer, eu caminho sempre pelo caminho dos poetas, que é o caminho das imagens. Uma boa imagem é inesquecível. Assim, ao invés de explicar o que disse, vou mostrar o que disse por meio de uma imagem.

O corpo carrega duas caixas. Na mão direita, mão da destreza e do trabalho, ele leva uma caixa de ferramentas. E na mão esquerda, mão do coração, ele leva uma caixa de brinquedos.

Ferramentas são melhorias do corpo. Os animais não precisam de ferramentas porque seus corpos já são ferramentas. Eles lhes dão tudo aquilo de que necessitam para sobreviver.

Como são desajeitados os seres humanos quando comparados com os animais! Veja, por exemplo, os macacos. Sem nenhum treinamento especial eles tirariam medalhas de ouro na ginástica olímpica. E os saltos das pulgas e dos gafanhotos! Já prestou atenção na velocidade das formigas? Mais velozes a pé, proporcionalmente, que os bólidos de Fórmula Um! O vôo dos urubus, os buracos dos tatus, as teias das aranhas, as conchas dos moluscos, a língua saltadora dos sapos, o veneno das taturanas, os dentes dos castores...

Nossa inteligência se desenvolveu para compensar nossa incompetência corporal. Inventou melhorias para o corpo: porretes, pilões, facas, flechas, redes, barcos, jegues, bicicletas, casas... Disse Marshal MacLuhan corretamente que todos os "meios" são extensões do corpo. É isto que são as ferramentas: meios para se viver. Ferramentas aumentam a nossa força, nos dão poder. Sem ser dotado de força de corpo, pela inteligência o homem se transformou no mais forte de todos os animais, o mais terrível, o mais criador, o mais destruidor. O homem tem poder para transformar o mundo num paraíso ou num deserto.

A primeira tarefa de cada geração, dos pais, é passar aos filhos, como herança, a caixa de ferramentas. Para que eles não tenham de começar da estaca zero. Para que eles não precisem pensar soluções que já existem. Muitas ferramentas são objetos: sapatos, escovas, facas, canetas, óculos, carros, computadores. Os pais apresentam tais ferramentas aos seus filhos e lhes ensinam como devem ser usadas. Com o passar do tempo, muitas ferramentas, objetos e

seus usos se tornam obsoletos. Quando isso acontece, eles são retirados da caixa. São esquecidos por não terem mais uso. As meninas não têm de aprender a torrar café numa panela de ferro nem os meninos têm de aprender a usar arco e flecha para encontrar o café da manhã. Somente os velhos ainda sabem apontar os lápis com um canivete...

Outras ferramentas são puras habilidades. Andar, falar, construir. Uma habilidade extraordinária que usamos o tempo todo, mas de que não temos consciência, é a capacidade de construir, na cabeça, as realidades virtuais chamadas mapas. Para nos entendermos na nossa casa, temos de ter mapas dos seus cômodos e mapas dos lugares onde as coisas estão guardadas. Fazemos mapas da casa. Fazemos mapas da cidade, do mundo, do universo. Sem mapas seríamos seres perdidos, sem direção.

A ciência é, ao mesmo tempo, uma enorme caixa de ferramentas e, mais importante que suas ferramentas, um saber de como se fazem as ferramentas. O uso das ferramentas científicas que já existem pode ser ensinado. Mas a arte de construir ferramentas novas, para isso há de se saber pensar. A arte de pensar é a ponte para o desconhecido. Assim, tão importante quanto a aprendizagem do uso das ferramentas existentes – coisa que se pode aprender mecanicamente – é a arte de construir ferramentas novas. Na caixa das ferramentas, ao lado das ferramentas existentes, mas num compartimento separado, está a arte de pensar. (Fico a pensar: o que é que as escolas ensinam? Elas ensinam as ferramentas existentes ou a arte de pensar, chave para as ferramentas inexistentes? O problema: os processos de avaliação sabem como testar o conhecimento das ferramentas. Mas que procedimentos adotar para se avaliar a arte de pensar?)

Assim, diante da caixa de ferramentas, o professor tem de se perguntar: "Isso que estou ensinando é ferramenta para quê? De que forma pode ser usado? Em que aumenta a competência dos meus alunos para viver a sua vida?" Se não houver resposta, pode-se estar certo de uma coisa: ferramenta não é.

Mas há uma outra caixa, na mão esquerda, a mão do coração. Essa caixa está cheia de coisas que não servem para nada. Inúteis. Lá estão um livro de poemas da Cecília Meireles, a "Valsinha", do Chico, um cheiro de jasmim, um quadro do Monet, um vento no rosto, uma sonata de Mozart, o riso de uma criança, um saco de bolas de gude... Coisas inúteis. E, no entanto, elas nos fazem sorrir. E não é para isso

que se educa? Para que nossos filhos saibam sorrir?

Alves, Rubem. **Educação dos sentidos e mais...** Campinas: Verus Editora, 2005. p. 9

5. Sobre o texto, podemos afirmar que

- I. a caixa de ferramentas e a caixa de brinquedos possuem sentido conotativo.
- II. a inteligência humana compensa a falta de habilidade dos homens, inventando ferramentas para a sua caixa.
- III. o ser humano, assim como os animais, nasce com sua caixa de ferramentas.

De acordo com o texto, está(ão) correta(s):

- A) Apenas a I
- B) Apenas a II
- C) Apenas a I e II
- D) Apenas a II e III
- E) I, II e III

6. O pronome é uma classe gramatical que serve para representar ou acompanhar um substantivo. Indique a afirmativa que apresenta uma relação INCORRETA entre o pronome e seu referente no texto.

- A) A palavra *ele* (linha 12) retoma o vocábulo *corpo* do mesmo parágrafo.
- B) O pronome *eles* (linha 17) se refere a *seus corpos*, no mesmo parágrafo.
- C) Na linha 21 o pronome *eles* retoma *os macacos*, no mesmo parágrafo.
- D) O pronome *eles* (linhas 47 e 48), refere-se a *filhos*, enquanto na linha 56 o pronome *eles* se refere aos pais.
- E) O pronome *elas* (linha 111) refere-se a *coisas inúteis*.

7. A partir da leitura textual e das inferências permitidas pela mesma, assinale a alternativa que apresenta vocábulos que pertencem ao mesmo campo semântico no texto:

- A) caixa de brinquedos - inutilidades - poemas
- B) caixa de ferramentas - habilidades - quadro do Monet
- C) caixa de ferramentas - inutilidades - computador
- D) caixa de brinquedos - habilidades - ciência
- E) caixa de brinquedos - habilidades - falar

8. Releia o segmento que abre o texto:

Resumindo: são duas, apenas duas, as tarefas da educação.

Se substituirmos o numeral destacado no trecho acima pelo numeral *uma*, quantas OUTRAS palavras deverão sofrer alteração para que o trecho fique correto semântica e sintaticamente?

- A) uma
- B) quatro
- C) duas
- D) três
- E) cinco

9. O trecho *Os animais não precisam de ferramentas porque seus corpos já são ferramentas* sofreu alteração de significado com a reescritura da alternativa:

- A) Como seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- B) Uma vez que seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- C) Os animais não precisam de ferramentas, visto que seus corpos já são ferramentas.
- D) Considerando que seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- E) Os animais não precisam de ferramentas, portanto seus corpos já são ferramentas.

10. Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O deslocamento do advérbio *já* (linha 79) para depois do verbo NÃO altera o sentido da oração.
- () O deslocamento da palavra *somente* (linha 61) para depois do verbo e antes do artigo definido masculino ALTERA o sentido da oração.
- () O advérbio *ainda* (linha 61) expressa um lugar em vias de extinção.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- A) F - V - V
- B) F - V - F
- C) V - V - F
- D) F - F - F
- E) V - V - V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A obrigatoriedade de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, conforme a Constituição Federal ocorre, para municípios com no mínimo:

- A) 25.000 habitantes.
- B) 20.000 habitantes.
- C) 15.000 habitantes.
- D) 10.000 habitantes.
- E) 5.000 habitantes.

12. No mútuo acordo, para que o locador possa obter o deferimento da liminar para desocupação pelo inquilino, o prazo mínimo para entrega do imóvel será de:

- A) 30 dias.
- B) 60 dias.
- C) 90 dias.
- D) 180 dias.
- E) 365 dias.

13. Toda ação judicial, ainda que sem conteúdo econômico, deve ter valor da causa. Numa ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança de aluguéis e encargos da locação, onde o inquilino esteja devendo dois meses de aluguel, o valor da causa corresponderá ao valor:

- A) de doze meses do aluguel.
- B) do débito.
- C) total do contrato de locação.
- D) da garantia locatícia oferecida.
- E) do aluguel vigente.

14.

15. A contratação de mais de uma modalidade de garantia locatícia poderá acarretar sanção penal do tipo:

- A) reclusão.
- B) administrativa.
- C) contravenção penal.
- D) crime contra a administração pública.
- E) crime de ação pública.

16. Pode ser dado como garantia locatícia:

- A) Título de capitalização.
- B) Cautela.
- C) Usucapião.
- D) Penhor.
- E) Aval.

17. Estando o contrato de locação registrado no ofício imobiliário com antecedência de trinta dias, e sendo o locatário preterido no seu direito de preferência, poderá depositar o preço e demais despesas do ato de transferência e ter para si o imóvel, se o fizer a contar do registro da compra e venda, em:

- A) 30 dias.
- B) 60 dias.
- C) 90 dias.
- D) 6 meses.
- E) 1 ano.

18. Nas habitações coletivas multifamiliares, a soma dos aluguéis em relação ao valor da locação não poderá ser superior:

- A) ao triplo.
- B) ao dobro.
- C) à metade.
- D) a um terço.
- E) a três quartos.

19. Aprovado pela autoridade administrativa competente, o registro do parcelamento no ofício de imóveis deve ser pedido no prazo máximo de:

- A) 30 dias.
- B) 90 dias.
- C) 180 dias.
- D) um ano.
- E) dois anos.

20. O Compromisso produzido com cláusula de irretratabilidade, quitado e registrado no registro de imóveis, dá ao adquirente o direito a:

- A) execução de fazer.
- B) posse mansa e pacífica.
- C) imissão na posse.
- D) usucapião.
- E) adjudicação compulsória.

21. área de incidência do ITR (Imposto Territorial Rural), de arrecadação federal, é a zona rural do município. A área rural é definida por legislação:

- A) lei estadual.
- B) lei municipal.
- C) lei federal.
- D) resolução do INCRA.
- E) resolução do IBAMA.

22. A subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, mediante o aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias de circulação, importa em:

- A) loteamento.
- B) condomínio.
- C) alinhamento.
- D) retrocessão.
- E) desmembramento.

23. A Educomunicação e o Programa Nacional de Educação Ambiental como ferramentas para a implementação da Lei 9795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, tem como referencial pedagógico a sistematização do quadro de referência para a toda ação comunicativa no campo da Educação Ambiental. Considerando essa assertiva, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Comunicação é o mesmo que informação; contudo, atualmente, esta confusão tem se acentuado com a preponderância das abordagens da teoria da informação, em função da corrida pela informatização dos processos culturais e educativos. A comunicação coerente com os princípios do ProNEA deve compreender o seu caráter dialógico e crítico como inalienáveis.

B) São objetivos da Educomunicação para as políticas de meio ambiente, estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental brasileira, com o fim de fortalecer a ação educadora coletiva pela sustentabilidade e contribuir para a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental.

C) Uma política de comunicação ambiental baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, se materializa quando há condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação.

D) A Educomunicação Ambiental ou Socioambiental é uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos e refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo.

E) Na história das lutas e debates sobre meio ambiente existem diversos eventos e documentos importantes que sinalizam o papel da relação entre a comunicação, a educação e a participação dos cidadãos para o enfrentamento dos problemas socioambientais. Um começo é o ano de 1992, quando

aconteceu a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, puxando uma série de outros eventos paralelos. Como um dos frutos desta Conferência, foi redigida e aprovada a Agenda 21 Internacional que, em seus mais de 40 capítulos, procura sintetizar um plano de ação global para as questões em meio ambiente.

24. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho. Dentre os segurados da previdência social, qual das alternativas a seguir corresponde à categoria dos trabalhadores que não estão ao abrigo do seguro acidente de trabalho:

- A) o segurado empregado.
- B) o trabalhador avulso.
- C) o segurado empregado doméstico.
- D) o médico residente.
- E) o segurado especial.

25. Relativamente às regras impostas aos trabalhadores urbanos para obtenção da aposentadoria por idade, assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas, considerando quem tem direito ao benefício.

“Para se aposentar por idade, o trabalhador urbano precisa ter _____ ou _____ e um prazo _____ de contribuições ao INSS. Aqueles que se inscreveram a partir de 25/07/1991, devem ter _____ contribuições, o equivalente a _____ anos. No caso daqueles que se inscreveram antes da data de 25/07/1991, é utilizada uma tabela de transição com acréscimo de _____ a _____.”

- A) 60 anos, se homem; 55 se mulher; máximo; 180; 15; doze meses; cada ano.
- B) 65 anos, se homem; 60 se mulher; mínimo; 240; 10; seis meses; cada dois anos.
- C) 55 anos, se homem; 50 se mulher; máximo; 120; 10; doze meses; cada 12 meses.
- D) 65 anos, se homem; 60 se mulher; mínimo; 180; 15; seis meses; cada ano.
- E) 65 anos, se homem; 60 se mulher; mínimo; 180; 15; seis meses; cada 18 meses.

26. Com relação à aposentadoria especial, o INSS exige detalhes nas informações contidas no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), documento necessário para a contagem de tempo e comprovação das condições necessárias para a concessão desse benefício. O PPP - documento exigido para a comprovação e, dependendo do grau da exposição do trabalhador a agentes nocivos, para reduzir o tempo de serviço para 25, 20 ou 15 anos. A empresa que não mantiver esse laudo técnico atualizado pode ser punida. O PPP é de responsabilidade:

- A) do segurado.
- B) do serviço de atendimento médico.
- C) da empresa.
- D) do SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalhador.
- E) do Médico Coordenador do PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.

27. A questão do trabalho infantil é complexa. Há uma forte, embora não exclusiva, relação de causa e efeito entre o trabalho infantil e as questões da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Reconhecendo o problema, o Governo, em parceria com a sociedade, tem concebido instrumentos, instituições e programas para combater o trabalho infantil em todas as suas formas, principalmente naquelas consideradas intoleráveis por não respeitarem os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. O trabalho infantil consiste em um dos principais desafios sociais que estão sendo enfrentados no Brasil. Com raízes profundas na história social brasileira, o problema, agravado pelo processo de globalização, vem adquirindo maior visibilidade perante o público nacional e internacional e, por conseguinte, gerando uma forte indignação coletiva (Tirado do site do MTE: <http://www.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp> - Trabalho Infantil no Brasil).

O Decreto 6.481, de 12 de Junho de 2008, que trata das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, lista os trabalhos e atividades proibidas para menores de idade. De acordo com Decreto, não são proibidas as seguintes formas de trabalho infantil:

- A) em todas as atividades ao ar livre com proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio e desde que não estejam incluídas nas atividades constantes na Lista TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.
- B) em serviços domésticos.

- C) de venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.
- D) na atividade: Indústria de Transformação, em serralherias.
- E) na atividade: Serviços Coletivos, Sociais, Pessoais e Outros, em artesanato

28. Considere a assertiva a seguir:

“A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST expressa o compromisso de Governo, Trabalhadores e Empregadores com a promoção do trabalho decente, em condições de segurança e saúde”.

Assinale a alternativa que NÃO corresponde aos princípios vinculados a esta Política:

- A) a universalidade.
- B) a precedência das ações de assistência, reabilitação e reparação sobre as de promoção, proteção e prevenção.
- C) a prevenção.
- D) o diálogo social.
- E) a integralidade.

29. A inspeção do trabalho tem por finalidade a prevenção e manutenção adequada dos direitos trabalhistas dos empregados, frente à relação trabalhista com o empregador, podendo ser pessoa de direito privado ou público. Considerando essa premissa:

- A) Para ocorrer a inspeção do trabalho numa empresa, é obrigatório o pré-aviso, podendo o inspetor, dentro de sua região de competência, visitar o estabelecimento que achar necessário.
- B) O horário em que poderá ocorrer uma inspeção pelo Auditor Fiscal do Trabalho somente será o diurno, e ainda, em qualquer dia da semana em que haja prestação de serviços pelo empregado.
- C) É obrigatório manter a documentação fiscal no estabelecimento da empresa, sendo permitido ao auditor fiscal somente analisar a documentação trabalhista no momento em que ocorre a inspeção.
- D) O Auditor fiscal do trabalho pode adotar todos os meios de análise da documentação, podendo até mesmo solicitar a busca e apreensão de documentos, livros, materiais, equipamentos e assemelhados, inclusive os mantidos em meios eletrônicos, mediante o Auto de Apreensão e Guarda.
- E) Podemos admitir que o Estado regula a relação trabalhista de duas formas: num primeiro plano a inspeção direta e autônoma do Auditor-Fiscal junto ao empregador, e em segundo a Justiça do Trabalho, provocada e dependente da vontade do empregado.

30. A Norma Regulamentadora nº 9 - NR 9 que dispõe a respeito do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, com redação dada pela Portaria do MTE nº 25, de 29 de dezembro de 1994, estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Neste sentido, não estão dentre as Medidas de Controle preconizadas pela referida portaria:

A) deverão ser adotadas as medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais sempre que houver, na fase de antecipação a identificação de risco potencial à saúde.

B) deverão ser adotadas as medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais sempre que houver constatação, na fase de reconhecimento, de risco evidente à saúde.

C) quando os resultados das avaliações quantitativas da exposição dos trabalhadores excederem os valores dos limites previstos na NR-15 ou, na ausência destes, os valores limites de exposição ocupacional deverão ser os valores limites adotados pela ACGIH - *American Conference of Governmental Industrial Hygienists*, ou aqueles que venham a ser estabelecidos em negociação coletiva de trabalho, desde que mais rigorosos do que os critérios técnico-legais estabelecidos.

D) quando comprovado pelo empregador a inviabilidade econômica da adoção de medidas de proteção coletiva, ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia: medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho; a utilização de equipamento de proteção individual – EPI.

E) Deverão ser adotadas as medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais quando, através do controle médico da saúde, ficar caracterizado o nexo causal entre danos observados na saúde dos trabalhadores e a situação de trabalho a que eles ficam expostos.

31. Sabe-se que existe muita controvérsia doutrinária e jurisprudencial a cerca do momento da ocorrência do fato gerador do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis): se no ato da celebração do instrumento (escritura) de compra e venda do imóvel, ou no ato do registro desse instrumento no Registro Imobiliário competente. Assim é correto afirmar que:

A) O tributo do tipo captação de riqueza, não necessita assentar o seu fato gerador em realidades econômicas.

B) Na usucapião, forma originária de aquisição da propriedade, há incidência de ITBI, por tratar-se de transferência de propriedade.

C) O CTN (Código Tributário Nacional) foi falho em não impor limites a interpretação econômica, do fato gerador.

D) O STJ já pacificou a matéria fixando o entendimento de que o ITBI só é devido sobre transações registradas no cartório competente, efetivando transmissão da propriedade.

E) Operada a transmissão, o ITBI pode ser exigido. Caso o registro venha a ser anulado posteriormente, o imposto deverá ser restituído.

32. Sobre IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) pode-se afirmar que:

I) A maioria da doutrina considera o IPTU um imposto real, muito embora existam aqueles que defendam sua natureza de imposto pessoal, já que ele "incide" na verificação da qualidade de "ser proprietário".

II) O IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) é imposto de competência privativa dos Municípios e do Distrito Federal (Constituição Federal, art. 156, I, c/c. art. 147, *fine*).

III) Os contornos infraconstitucionais desse tributo nos são dados pelo artigo 32 do CTN, que diz que o IPTU "tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município".

Assinale a combinação que corresponde às afirmativas corretas:

A) apenas I.

B) apenas II.

C) apenas III.

D) apenas II.

E) I, II e III.

33. É correto afirmar que o CDC (Código de Defesa do Consumidor – Lei n. 8.078 de 11/09/90) estabelece:

- A) que fornecedor é aquele que abastece ou fornece a outro com habitualidade.
 B) que o ato isolado de comercialização, como por exemplo, a venda da casa própria a terceiro não revendedor, ingressa na relação de consumo.
 C) que o ato de consumo se circunscreve exclusivamente a aquisição ou utilização de produtos.
 D) que a prestação de serviço, mesmo que gratuita, estabelece relação jurídica de consumo.
 E) que consumidor é também o intermediário, que recebe o produto ou serviço, com a finalidade prévia de transmiti-los adiante.

34. A Dimob (Declaração de Informação sobre Atividades Imobiliárias), aprovada pela Instrução Normativa SRF nº 694, de 13 de dezembro de 2006, estabelece que as declarações devam ser entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelas pessoas jurídicas e equiparadas

- I) que comercializarem imóveis que houverem construído, loteado ou incorporado para esse fim;
 II) que intermediarem aquisição, alienação ou aluguel de imóveis;
 III) que realizarem sublocação de imóveis.

A alternativa correta é:

- A) apenas I.
 B) apenas II.
 C) apenas III.
 D) apenas I e III.
 E) I, II e III.

35. Assinale a alternativa que contempla a combinação das questões em verdadeiras e falsas.

- I) Os princípios constitucionais jamais restarão violados por uma decisão que inverte o ônus da prova, mesmo que o momento ou a forma pela qual se dá sua decretação não forem propícios.
 II) inversão do ônus da prova de que trata o artigo 6º, inciso VIII, do CDC (código de defesa do consumidor) se opera "ope judicis", ou seja, a "critério" do julgador, após analisar as circunstâncias do caso concreto e verificar a presença de um dos requisitos autorizativos.
 III) a regra de inversão "ope legis" estabelecida pelo legislador, atribui "a priori" o ônus de provar ao fornecedor, homenageando o princípio da adequação.
 IV) Duas teorias fixam o momento ideal para o magistrado decretar a inversão do ônus da prova em

desfavor do fornecedor nas relações de consumo: na fase instrutória e na sentença.

- A) V, V, V, F.
 B) F, V, V, V.
 C) V, F, F, F.
 D) V, V, V, V.
 E) F, V, V, F.

36. O instituto da decadência, tratado no Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu artigo 26, está vinculado aos vícios do serviço e do produto, enquanto a prescrição, tratada no artigo 27, refere-se à responsabilidade pelo fato do produto ou serviço. Assim é incorreto afirmar que:

- A) A responsabilidade por vício e/ou fato do produto baseia-se no princípio da segurança geral ao consumidor, segundo o qual os produtos e serviços colocados no mercado não devem acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores.
 B) O CDC estabelece o prazo de trinta dias para produtos e serviços não-duráveis, tais como alimentos, no caso de produtos, e de organização de festas, no caso de serviços.
 C) A responsabilidade por vícios busca proteger o âmbito econômico do consumidor, cabendo a reparação por quatro vias alternativas: a substituição da peça viciada, a substituição do produto por outro, a restituição da quantia paga ou o abatimento do preço. A decisão da escolha cabe ao fornecedor.
 D) De noventa dias, é o prazo, para reclamações referentes a produtos duráveis (eletrodomésticos, veículos, máquinas, imóveis etc.) e serviços duráveis (aqueles que se renovam ou que são cobrados periodicamente, como televisão por assinatura, entre outros).
 E) A contagem do prazo prescricional inicia-se do conhecimento do defeito pelo consumidor e de sua autoria cumulativamente, e não a partir da aquisição do produto ou serviço ou da ocorrência do defeito..

37. Com relação à informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, segundo o que prescreve o CDC pode-se afirmar que:

- I) A oferta de produtos e/ou serviços divulgada pelo fornecedor através de folhetos, rádio, jornal e televisão, quando faz constar da mesma, o produto e/ou serviço, e o preço devidamente identificados, considera-se explícito o consentimento do fornecedor no sentido de querer contratar com o consumidor nos termos da divulgação veiculada.

II) O nome da empresa incorporadora ou do incorporador deverá constar em todas as peças publicitárias, sendo dispensado nos anúncios veiculados nas dependências onde será construído o empreendimento.

III) É defeso o direito de arrependimento nos contratos celebrados em função de oferta veiculada através de folhetos e propagandas no rádio, jornal e televisão.

Assinale a combinação que corresponde às afirmativas corretas.

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas a II e II.
- E) I, II e III.

38. Uma incorporadora, sociedade limitada, pretende realizar um grande empreendimento imobiliário, para tanto precisa de aporte financeiro para aquisição do terreno. Assim opta por constituir uma sociedade em conta de participação, procurando para tal, investidores dispostos a efetuarem o aporte financeiro. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A sociedade limitada e os investidores formariam uma sociedade em conta de participação, na qual a sociedade limitada seria o sócio ostensivo e os investidores seriam os sócios ocultos (participantes).
- B) A sociedade em conta de participação, que além de fonte alternativa de capitalização da empresa, é método alternativo de investimento.
- C) Este tipo de sociedade garante privacidade aos investidores, porque a sociedade em conta de participação é uma sociedade "secreta", pois seu contrato social não deverá ser averbado perante a Junta Comercial.
- D) Os sócios ocultos participam da administração da sociedade em conta de participação, conferindo-lhe a lei, ainda, o direito de fiscalização.
- E) A sociedade em conta de participação é despersonalizada, ou seja, não tem personalidade jurídica, não podendo celebrar um contrato ou ser demandada judicialmente. O contrato social só produz efeito entre os sócios (ostensivos e ocultos).

39. A nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas trouxe uma série de inovações, dentre elas podemos citar:

I) Na nova Lei de Falência e de Recuperação de Empresas os pedidos de decretação de quebra somente serão admitidos se tiverem valor igual ou superior a 40 salários mínimos.

II) Criou-se a figura dos créditos extraconcursais, que se constituem naqueles proporcionados à unidade produtiva no momento mais agudo de sua instabilidade econômico-financeira.

III) O legislador reservou uma condição de destaque para os credores que, mesmo diante de um quadro sombrio, continuaram fornecendo bens e serviços à empresa debilitada, de forma a contribuir para com a restauração desta.

Assinale a combinação que corresponde às afirmativas corretas.

- A) Apenas I.
- B) Apenas III
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

40. No trespasse há a transferência do estabelecimento do patrimônio do empresário alienante (trespasante) para o patrimônio do empresário adquirente (trespasário). Assinale a alternativa correta.

- A) O contrato de trespasse pode excluir ou limitar a responsabilidade do empresário adquirente pelas dívidas do estabelecimento empresarial adquirido.
- B) O objeto da venda é o complexo de bens corpóreos e incorpóreos. Para que a alienação do estabelecimento empresarial produza efeitos perante terceiros deve preencher os requisitos previstos no Código Civil.
- C) Na sucessão empresarial o empresário adquirente não responde pelas dívidas referentes ao estabelecimento empresarial contraídas pelo empresário alienante.
- D) A autonomia de vontade das partes pode restringir os interesses dos credores.
- E) O aviamento do estabelecimento, ou seja, a capacidade de gerar lucro ao seu titular não faz parte das negociações preliminares ao trespasse.